



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº. 082021001/2021

Singularidade do objeto para fins de inexigibilidade

<u>Acórdão 7840/2013 Primeira Câmara</u> Contratação Direta. Pedido de Reexame. Singularidade do objeto.

O conceito de singularidade de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93 <u>não</u> <u>está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade</u>, como podemos observar:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Dessa forma natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado

Já o art. 13, prevê expressamente, dentre os serviços técnicos cuja realização de licitação é inexigível, as assessorias ou consultorias técnicas, vejamos:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se **serviços técnicos profissionais especializados** os trabalhos relativos a:

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

O presente processo possui enquadramento legal e singularidade para fins de inexigibilidade de licitação, comprovado nos autos do presente.

Altamira/PA, 16 de agosto de 2021.	
WILLAMAN VENTURA DA SILVA Presidente da CPL do ALTAPREV	
LAURA JESUS RODRIGUES COSTA 1° Membro – CPL do ALTPREV	NAZARÉ DO SOCORRO VIANA DE SOUSA 2° Membro – CPL do ALTAPREV